

O letramento de gênero e sexualidade na formação docente

Gender and sexuality literacy in teacher training

Letramento de gênero y sexualidad en la formación docente

Jonathan Machado Domingues¹
Matheus Reuter Sena²

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de analisar e apresentar soluções práticas para os educadores, superando desafios culturais e resistências, visando uma educação mais inclusiva e respeitosa. A questão norteadora que direciona esta pesquisa é: *como os educadores podem desenvolver e aplicar estratégias no letramento de gênero e sexualidade?* A metodologia adotada consistiu em uma revisão de literatura, explorando teorias fundamentais desses temas, proporcionando uma base teórica. Os resultados apontam para a necessidade de uma abordagem inclusiva, reconhecendo a diversidade e as interseções entre diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. Estratégias, como práticas pedagógicas dinâmicas e integração curricular, destacam-se como instrumentos eficazes para superar desafios culturais e promover um ambiente educacional mais acolhedor e inclusivo. Em síntese, este estudo destaca a relevância de enfrentar as complexidades do letramento de gênero e sexualidade na prática docente.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Formação Docente; Orientação Sexual; Identidade de Gênero; Currículo.

Abstract

This article aims to analyze and present practical solutions for educators, overcoming cultural challenges and resistance, with the goal of fostering a more inclusive and respectful education. The guiding question directing this research is: *how can educators develop and implement strategies in gender and sexuality literacy?* The adopted methodology involved a literature review, exploring fundamental theories of these topics, providing a theoretical foundation. The results point to the need for an inclusive approach, recognizing the diversity and intersections among different gender identities and sexual orientations. Strategies such as dynamic pedagogical practices and curricular integration stand out as effective tools to overcome cultural challenges and promote a more welcoming and inclusive educational environment. In summary, this study underscores the relevance of addressing the complexities of gender and sexuality literacy in teaching practice.

Keywords - Inclusive Education; Teacher Training; Sexual Orientation; Gender Identity; Curriculum.

¹ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Guarulhos/SP, Brasil.

E-mail: domingues.jonathan@unifesp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1065-5655>.

² Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Bonsucesso/RJ, Brasil. E-mail: advmsena@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-1603-7661>

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar y presentar soluciones prácticas para educadores, superando desafíos culturales y resistencias, con el fin de fomentar una educación más inclusiva y respetuosa. La pregunta orientadora que dirige esta investigación es: ¿cómo pueden los educadores desarrollar e implementar estrategias en el letramento de género y sexualidad? La metodología adoptada incluyó una revisión de literatura, explorando teorías fundamentales de estos temas y proporcionando una base teórica. Los resultados señalan la necesidad de un enfoque inclusivo, reconociendo la diversidad y las intersecciones entre diferentes identidades de género y orientaciones sexuales. Estrategias como prácticas pedagógicas dinámicas e integración curricular destacan como herramientas efectivas para superar desafíos culturales y promover un entorno educativo más acogedor e inclusivo. En resumen, este estudio destaca la relevancia de abordar las complejidades del letramento de género y sexualidad en la práctica docente.

Palabras clave - Educación Inclusiva; Formación Docente; Orientación Sexual; Identidad de Género; Currículo.

Considerações iniciais

Na contemporaneidade, a educação se apresenta como um campo em constante evolução, caracterizado pelo seu processo dinâmico e plural, intercalando-se, pela necessidade de uma abordagem abrangente e inclusiva para lidar com os desafios complexos da sociedade contemporânea. Dentro desse contexto, o letramento de gênero e sexualidade assume um papel de destaque, tornando-se uma esfera educacional basilar na qual se desenvolvem as bases da compreensão, respeito e igualdade. Este artigo propõe uma investigação, ultrapassando as práticas convencionais, com o intuito de explorar estratégias no letramento de gênero e sexualidade na prática docente.

Neste sentido, objetiva-se analisar e apresentar soluções práticas para os educadores, superando desafios culturais e resistências, visando uma educação mais inclusiva e respeitosa. A indagação norteadora deste estudo é: *como os educadores podem desenvolver e aplicar estratégias no letramento de gênero e sexualidade?*

Este artigo fundamenta-se em uma revisão de literatura, explorando teorias fundamentais de letramento, gênero e sexualidade. A metodologia de revisão de literatura permitiu a síntese de conhecimentos, proporcionando uma base teórica sólida para a identificação de desafios, oportunidades e estratégias no contexto do letramento de gênero e sexualidade na prática docente.

O percurso desta pesquisa visa não somente a disseminação de conhecimento, mas também a inspiração de mudanças tangíveis nas práticas educacionais. Ao longo desta jornada, serão examinadas não apenas as barreiras enfrentadas pelos educadores, mas também as oportunidades que emergem ao adotar uma abordagem transdisciplinar, integrada e inclusiva. A integração de gênero e sexualidade no currículo representa não apenas uma ampliação do conhecimento, mas uma transformação fundamental na maneira como percebemos e abordamos a educação.

Desafios contemporâneos no letramento de gênero e sexualidade

O letramento de gênero e sexualidade emerge como um campo de grandes desafios e de grande valia na educação contemporânea. Os desafios enfrentados pelos educadores ao abordar esses temas vão além das barreiras tradicionais do processo educacional. A resistência cultural, os estigmas arraigados e a falta de recursos específicos são apenas algumas das complexidades que permeiam o panorama educacional quando se trata do letramento de gênero e sexualidade.

[...] o cotidiano escolar é perpassado pela sexualidade e estimular o interesse de jovens, mas que é simplesmente ignorado pelas práticas pedagógicas. No entanto, mesmo que a temática seja ‘escondida’ na sala de aula, discursos e práticas de professores e professoras conformam a visão heteronormativa como padrão. Aponta como proposição que pensemos numa educação com a diferença reconhecendo a necessidade de transformar, em “mares de rosas”, o “Calvário” de muitos sujeitos nos seus enfrentamentos cotidianos (Amaro, 2017, p. 10).

Um dos desafios prementes é a abordagem desigual dessas questões nas políticas e práticas educacionais. Muitas vezes, esses temas são relegados a segundo plano, ou até mesmo ignorados, em detrimento de uma abordagem mais tradicional e conservadora. Isso cria um vácuo de conhecimento e compreensão, deixando os estudantes vulneráveis à desinformação e perpetuando estereótipos prejudiciais.

Não apenas isso, mas não tratar de temas relacionados a gênero e sexualidade em sala de aula tem o potencial de gerar exclusão social de certos indivíduos, causando um fenômeno que não é, segundo as palavras de Dazzani (2010) “isolado, anômalo, acidental”, mas algo intrinsecamente relacionado a determinadas organizações institucionais e formas de produção de poder, capazes de gerar exclusão e recriminar determinadas pessoas.

A partir do que leciona Frigotto (2016), esses desafios podem ser exemplificados no Brasil através do movimento conhecido como “Escola Sem Partido”, cujos idealizadores e aderentes estariam em uma incessante tentativa de atravessar projetos de lei em todas as esferas do Poder Legislativo a fim de delimitar o que pode ou não ser feito em sala de aula. Dessa forma, o que projetos que seguem essa matriz pretendem, nas palavras do autor, é eliminar e combater a liberdade de educar e, sob a ótica de Paulo Freire, estar-se-ia tolhendo o auxílio a jovens e adultos no processo de “leitura do mundo”.

Além dessa limitação ao ato de educar, o movimento “Escola Sem Partido” possuiria o potencial de criminalizar movimentos sociais da classe trabalhadora e também promover o ódio à Comunidade LGBTQ+ (Frigotto, 2017).

Por meio de sua negação obsessiva, gênero e sexualidade foram delimitados pelo movimento Escola sem Partido como questões fundamentais; a ponto de o rechaço a eles converter-se na reafirmação incessante de que o ensino não poderá destoar da convicção de pais ou responsáveis a respeito desses temas. Tal rechaço é um impedimento a qualquer reflexão sobre os valores políticos, sociais e morais enraizados, o que inclui valores patriarcais, machistas e heteronormativos presentes na sociedade. Nesse sentido, o atrelamento da educação política, moral e religiosa às crenças dos pais impede que a escola tenha autonomia em relação a temas imprescindíveis para a formação, restringindo-se à reprodução do conservadorismo social, religioso e político (Moura & Silva, 2023, p. 11).

O Movimento “Escola Sem Partido” acaba visando a expansão do espaço familiar, que é um espaço privado, sobre o ambiente escolar, que pode ser considerado um espaço público de promoção de discussões essenciais à formação de cidadãos. Projetos que estejam enraizados nesses ideais têm a potencial intenção de dismantlar o ensino público e retirar a política do ambiente educacional, o que impede a livre interação entre docentes e discentes (Nicolazzi, 2016).

Essa interação deveria ser, portanto, rompida, uma vez que, sob a égide da neutralidade, o Movimento “Escola Sem Partido” parte da premissa de que os alunos são apenas receptores de conteúdos integrantes das disciplinas, sendo incapazes de construir determinadas ideias e adotar certos posicionamentos políticos de forma autônoma. Permitir uma interação maior entre o docente e o discente seria tornar o aluno, que é “inocente”, um indivíduo corrompido pelos docentes. Dessa forma, a incapacidade do aluno o excluiria da participação da vida política do Estado (Carvalho; Polizel & Maio, 2016).

Desse modo, ao buscarem impedir o debate escolar sobre assuntos tão importantes para a formação, como sexualidade e gênero, os movimentos conservadores criam uma atmosfera hostil a qualquer menção que se faça a eles; de modo que termos como sexualidade, educação sexual e gênero passam a suscitar temor. Com isso, esses movimentos adquirem um caráter totalitário, pois, à medida que não permitem discussões e possibilidades de elaborar as contradições, impõem a dominação absoluta e anulam a possibilidade de conviver com a diferença (Adorno, 1946/2015) e de experimentar a formação como um processo de identificação e de diferenciação, somente possível por meio do contato com as particularidades da diversidade humana (Moura & Silva, 2023, p. 13).

Apesar da resistência de movimentos que rotulam a educação mais inclusiva de “ideologia de gênero”, é necessário reconhecer que o debate que gira em torno dessas questões não é homogêneo, mas, antes, é permeado por diversas perspectivas que existem e/ou podem vir a existir no futuro com relação às questões de gênero e sexualidade.

Resistir a determinados Projetos de Lei é uma estratégia fundamental para garantir a manutenção de debates críticos, políticos e culturais nas escolas, ressaltando que uma educação inclusiva e diversificada é indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e tolerante. Um exemplo dessa resistência foi o Projeto de Lei apresentado pelo ex-Deputado Federal Jean Wyllys³:

[...] o projeto de lei apresentado por Jean Willis é uma estratégia de resistência ao controle dos currículos e ao impedimento de discussões críticas, políticas e culturais na escola. E é muito importante que a resistência tenha diferentes focos, inclusive esse de Projetos de Lei. Contudo, a estratégia de resistência de abaixo-assinados e de discussão na mídia por acadêmicos críticos desses Projetos ainda não tem sido suficientes para conseguir o arquivamento dos Projetos. Os Projetos de Lei vinculados ao slogan ideologia de gênero colocam em risco as bases da educação escolar brasileira, tentam controlar o currículo e os materiais didáticos e pedagógicos, tentam impedir de várias formas as discussões de gênero e sexualidade na escola, tentam impedir qualquer discussão política e criminalizar a prática docente. Os textos desses Projetos, a quantidade de pessoas que os defendem e as estratégias usadas para defendê-los são, de fato, assustadoras. Por isso nossa resistência precisa ser mais inventiva e com diferentes focos. Precisamos encontrar meios para liberar a vida que os seres humanos aprisionaram e não param de aprisionar (Paraíso, 2016, p. 401)

Alguns críticos dos Projetos de Lei podem argumentar que a resistência defendida por Jean Wyllys e outros apoiadores de uma educação mais inclusiva busca promover a

³ Aqui está a sugestão para a nota de rodapé: Projeto de Lei n° x, de 2016. Apresentado pelo Deputado Federal Jean Wyllys, este projeto institui o programa "Escola Livre" em todo o território nacional. Vide: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1484506&filename=PL%206005/2016

diversidade e o respeito às diferentes identidades. Eles defendem que os Projetos de Lei contrários à chamada "ideologia de gênero" tendem a perpetuar estigmas, desconsiderar a diversidade de gênero e sexualidade e, como resultado, dificultar a criação de ambientes escolares mais inclusivos. Por outro lado, os defensores desses Projetos de Lei alegam que sua intenção é proteger valores tradicionais e impedir o que consideram ser a imposição de determinadas visões de mundo sobre crianças e jovens nas escolas.

Conforme apontado por Domingues e Sena (2024), a defesa de uma educação que aborde questões de gênero e sexualidade é uma tentativa de preparar os alunos para compreender e respeitar a diversidade presente na sociedade brasileira. Uma abordagem crítica desses temas nas escolas pode favorecer o desenvolvimento de uma consciência social mais ampla e a construção de relações interpessoais fundamentadas no respeito mútuo.

Entretanto, a falta de preparo e capacitação adequados para os educadores constitui uma barreira significativa. O desconhecimento sobre como lidar com as diferentes identidades de gênero e orientações sexuais pode levar a práticas inadequadas ou até prejudiciais. É essencial que os educadores recebam formação contínua, a fim de promover uma compreensão profunda e sensível dessas questões, garantindo assim um ambiente educacional seguro e inclusivo.

Os/as professores/as que participaram desta pesquisa se sentem despreparados/as para colocar em prática tal política. Ana, 42 anos, de escola pública, justificou esse despreparo pela complexidade do tema, apontando para os efeitos que isso pode ter: "Se não estivermos bem embasados cometemos o risco de reforçar o que tem sido posto há séculos". Esmeralda, 23 anos, de escola privada, também se posicionou nesse sentido: "eu não me sinto preparada, apesar disso. Tanto pela questão de formação, quanto pelo preparo emocional que às vezes, precisamos oferecer aos alunos nesses momentos". Contudo, ela afirmou que se interessa pela temática e isso a faz buscar autores/as que podem ajudar, mas não acredita que isso possa acontecer com todos os/as professores/as (Antunes & Duque, 2020, p. 284-285).

A escola, como um lugar de formação de cidadãos, deveria ser o local propício para a formação de pessoas com entendimento sobre questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, uma vez que não estaria reproduzindo ou refletindo as concepções integrantes dos temas, mas, antes às produzindo (Louro, 2007).

A partir dessa premissa, é possível entender que o ato de educar torna possível a inserção do indivíduo na sociedade, fornecendo meios para que ele exerça de forma plena a sua cidadania ao problematizar a forma como a natureza humana é construída e reconstruída (Louro, 2011).

Apesar disso, o ato de educar no ambiente escolar torna-se verdadeiramente desafiador, na medida em que conhecimentos modernos sobre gênero e sexualidade são capazes de tornar a realidade dinâmica, desconstruindo toda uma realidade estática que era conhecida pelos docentes formados no passado (Rios; Cardoso & Dias, 2018).

[...] a escola, ou pelo menos parte do corpo docente, parece desconhecer essas políticas, o que dificulta práticas e posturas que podem promover a ressignificação do espaço escolar para os jovens dissidentes. Alguns fatores podem estar relacionados ao despreparo desses/as professores/as como a falta de informação e formação em relação à gênero e sexualidade, que leva ao preconceito, ao silenciamento diante da violência e aceitação acrítica da heteronormatividade (Antunes & Duque, 2020, p. 285).

Dessa forma, Silva (2003) considera de extrema relevância e urgência repensar o processo de formação de professores, voltando-se aos aspectos subjetivos das pessoas as quais a educação é direcionada, tais como “gênero, sexualidade, corporeidade dos sujeitos” (Silva, 2003).

A resistência cultural também desempenha um papel significativo nos desafios enfrentados no letramento de gênero e sexualidade. Normas sociais arraigadas muitas vezes resistem à introdução de abordagens mais inclusivas. Superar essas resistências exige um esforço conjunto de educadores, gestores escolares, pais e comunidades, trabalhando em conjunto para promover uma mudança de mentalidade e aceitação.

[...] a partir das diversas brechas que se abrem cotidianamente temos a oportunidade criar estratégias de resistência com o objetivo de colocar em suspensão as normas vigentes, desnaturalizando práticas historicamente tidas como “naturais”. Algumas dessas estratégias incluem a confecção de memes por internautas de todos os cantos do globo, cuja criatividade e anseio político por mudanças através do questionamento do tempo presente são motivadores para que essas informações digitais sejam produzidas e compartilhadas através de páginas do Facebook e de outras redes sociais (Couto Junior; Pocahy & Carvalho, 2019, p. 29)

Os estigmas associados ao letramento de gênero e sexualidade também merecem atenção. Muitas vezes, a discussão desses temas é evitada devido a preconceitos e julgamentos sociais (Capparelli et al., 2018; Depieri; Grossi & Finotelli Jr., 2016). Romper com esses estigmas exige uma abordagem corajosa e uma disposição para desafiar as normas estabelecidas, destacando a importância do conhecimento e respeito pelas diversas formas de identidade de gênero e expressão sexual.

Por fim, pontua-se que, enfrentar os desafios atuais no letramento de gênero e sexualidade requer uma abordagem colaborativa. É imperativo que educadores, instituições

educacionais, famílias e comunidades se unam para criar um ambiente que valorize a diversidade, promova a igualdade e capacite os estudantes a compreenderem e respeitarem as complexidades das identidades de gênero e sexualidade. Somente através desse compromisso coletivo é que poderemos superar os desafios e construir uma base educacional verdadeiramente inclusiva e progressista.

Integração curricular e transdisciplinaridade

A integração curricular e a transdisciplinaridade no contexto do letramento de gênero e sexualidade representam um ponto crucial na construção de uma abordagem educacional mais inclusiva. A quebra de barreiras entre disciplinas tradicionais e a incorporação desses temas de forma transversal no currículo não apenas enriquecem a experiência educacional, mas também promovem uma compreensão mais profunda e interconectada.

Para explicar o conceito de conhecimento considerado como tradicional, que é restrito a determinadas disciplinas, o saudoso professor Ubiratan D'Ambrosio (2016) emprega uma analogia conhecida como "*gaiolas epistemológicas*". Contextualizando, remete a pássaros que habitam em gaiolas, simbolizando a forma como o conhecimento é confinado dentro de limites estabelecidos.

Alimentam-se do que está na gaiola, voam só no espaço da gaiola, só veem e sentem o que as grades permitem. Falam a mesma linguagem, formalizada pelos habitantes da gaiola. Assim, se comunicam e se entendem e procriam. Mas não se comunicam e nem entendem o que está fora da gaiola. Nem podem saber de que cor ela é pintada por fora. (D'Ambrosio, 2015, p. 35).

D'Ambrosio (2011) argumenta que o conhecimento disciplinar é insuficiente para lidar com os complexos fenômenos da realidade, assim como o modelo multidisciplinar. A partir do século XIX, a proposta é avançar para o conhecimento interdisciplinar, que, segundo sua analogia, permite que as "portas entre duas gaiolas sejam abertas", possibilitando que o pesquisador e o aluno transitem de uma "gaiola" para outra. No entanto, esse conhecimento ainda permanece confinado, semelhante a um viveiro, que representa uma gaiola maior (D'Ambrosio, 2015).

D'Ambrosio (2005) apresenta a transdisciplinaridade por meio de uma analogia, descrevendo-a como um momento em que:

podemos ter o ideal de verem os pássaros livres para voar, podendo entrar e sair de suas gaiolas quando lhes apraz. Ou jamais voltarem e permanecerem livres. Algumas gaiolas talvez nunca voltem a ser procuradas e, com o tempo, serão esquecidas. Outras, ao receberem de volta seus pássaros, serão enriquecidas, pois eles trarão coisas novas. E alguns outros pássaros talvez se reúnam e construam novas gaiolas que, se tiverem suas portas abertas, darão continuidade a esse ciclo. Assim é a transdisciplinaridade (D'Ambrosio, 2005, p. 165).

D'Ambrosio argumenta que, ao permitir que os pássaros deixem suas gaiolas, possibilita que eles voem e explorem novas perspectivas, o que resulta na geração de novas ideias. Segundo ele, a transdisciplinaridade não visa a destruição das estruturas disciplinares existentes, mas, sim, promove um conceito de pensamento livre que encoraja a colaboração e a interconexão entre diferentes áreas do conhecimento (D'Ambrosio, 2005). Essa abordagem destaca a importância de ultrapassar os limites do conhecimento disciplinar, permitindo uma troca mais rica e criativa de saberes.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são exemplos essenciais para essa transdisciplinaridade. O referido documento apresenta bases necessárias a serem trabalhadas no ambiente escolar e traz uma visão ampla sobre as bases sociais e culturais, uma vez que reconhece a pluralidade de setores no contexto brasileiro, que precisa ser transmitida também em âmbito escolar (Oliveira; Peixoto & Maio, 2018).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN desenvolvidos pelo governo federal (BRASIL, 1997), introduziram a temática “Orientação Sexual” como conteúdo a ser tratado de maneira transversal no Ensino Fundamental, o que provocou inúmeros desdobramentos na educação escolar, dentre os quais se destacam um incremento na produção acadêmica acerca da temática, a incorporação dos temas gênero e sexualidade ao conteúdo de livros didáticos e a elaboração de uma gama de materiais escolares sobre o assunto (livros paradidáticos, vídeos educativos, cartilha de diversidade sexual, etc.). Essa política curricular, sobretudo, reafirma a perspectiva de que a escola seja uma importante instituição para veicular informações sobre sexualidade. Ao longo dos últimos anos o tratamento dado às questões de gênero e sexualidade no currículo escolar tem sido exaustivamente discutido (Lima & Siqueira, 2013, p. 151)

A transdisciplinaridade, nesse contexto, vai além da simples fusão de conteúdos de diferentes disciplinas. Ela propõe uma abordagem que transcende as fronteiras tradicionais do conhecimento, incentivando a colaboração entre professores de diferentes áreas. Ao integrar gênero e sexualidade em diversas disciplinas, os estudantes são expostos a perspectivas variadas, desenvolvendo uma compreensão mais abrangente e interligada dessas questões.

[a] proposta de um currículo de transversalidade [o que não significa] que deva ser considerada como uma nova matéria. Trata-se de apresentar alguns conteúdos, atitudes, procedimentos, fatos e conceitos, alguns critérios de avaliação, etc., que os alunos devem conhecer ao longo de sua educação formal. Colocar um currículo em prática é a maneira de assegurar a todas as crianças a igualdade de oportunidades para ter acesso ao conhecimento, em um âmbito tão fundamental para sua vida quanto os abordados pelas matérias transversais (Nieves *et al.*, 2002, p. 27).

Ao considerar a sexualidade como uma força que influencia a própria essência de nossa existência, podemos estabelecer um nexos com o processo educacional. A abordagem da sexualidade na educação não apenas reflete a diversidade de formas de ser homem ou mulher na sociedade, mas também se torna uma arena crucial para a construção da identidade individual. Portanto, a inclusão da sexualidade como parte integrante da educação se configura como uma política pública essencial.

[a sexualidade] nos remete a nossa origem (quem somos, de onde viemos, como fomos concebidos) e, conseqüentemente, a origem do próprio conhecimento, da curiosidade e da disposição para aprender. Sexualidade tem a ver com identidade e com as infinitas maneiras de ser homem ou de ser mulher na sociedade e na cultura e com o caminho pessoal da construção de cada um [...]. Uma questão tão importante como é da sexualidade não poderia deixar de ser trabalhada na educação e se constitui política pública (Egypcio, 2009, p. 341).

Dessa forma, a educação não apenas transmite conhecimentos acadêmicos, mas também desempenha um papel fundamental na orientação dos indivíduos no entendimento de sua sexualidade, no respeito à diversidade e na promoção de uma sociedade inclusiva. A sexualidade, conforme abordada no contexto educacional, contribui não apenas para o desenvolvimento individual, mas também para a formação de uma sociedade mais informada, respeitosa e consciente da multiplicidade de identidades e expressões humanas.

[sexualidade] tornou-se nas últimas décadas um assunto cada vez mais importante no debate público. Ela se transformou, por intermédio, de um longo processo de mudanças históricas uma área da vida à qual se atribui muito significado, exprimindo um lugar de realização, de definição de identidade pessoal. Disseminouse a ideia de que a sexualidade deriva de um impulso vital, presente em toda a humanidade, que brota do íntimo e do profundamente subjetivo de cada pessoa (Heilborn, 2010, p.01).

Essa abordagem não apenas enriquece a experiência de aprendizado, mas também prepara os alunos para enfrentar os desafios do mundo real, onde as questões de gênero e sexualidade muitas vezes não se enquadram em categorias isoladas. Ao integrar esses temas

em disciplinas como ciências, literatura, história e até mesmo matemática, os estudantes podem explorar como essas questões se entrelaçam com diversos aspectos da vida cotidiana.

[a]s instituições escolares são lugares de luta, e a pedagogia pode e tem que ser uma forma de luta político-cultural. As escolas como instituições de socialização têm como missão expandir as capacidades humanas, favorecer análises e processos de reflexão em comum da realidade, desenvolver nas alunas e alunos os procedimentos e destrezas imprescindíveis para sua atuação responsável, crítica, democrática e solidária na sociedade (Santomé, 2011, p. 175).

Essa integração curricular é de extrema importância especialmente quando se fala na formação de pessoas na área da saúde, uma vez que são profissionais dessa área que possuem o aval do poder público para patologizar questões de gênero. Michel Foucault (2012; 2003), em suas análises sobre o discurso médico e a sexualidade, revela como a medicina serviu como um instrumento de controle social, normalizando comportamentos e excluindo aqueles considerados desviantes. Foucault (2012; 2003) discute também a história da loucura e a criação de instituições, como os manicômios, para mostrar como a medicina psiquiátrica foi usada para controlar e disciplinar os corpos, reforçando a necessidade de uma formação crítica e reflexiva na área da saúde que questione essas práticas. Isso ocorre porque a patologização seria necessária para atuação do poder público em procedimentos de transexualização.

Apesar da intenção, Bento (2017) entende que tolerar que questões de gênero continuem sendo patologizadas é concordar com que pessoas continuem sobrevivendo às margens do Estado.

Especificamente com relação às pessoas transgênero, a autora argumenta que “seria um mistério a origem do argumento que condiciona o acesso ao cuidado [*sic*] integral da saúde das pessoas trans ao parecer médico-psiquiátrico de transtornado de gênero. Esse terrorismo discursivo precisa ser radicalmente combatido” (Bento, 2017, p. 92).

As considerações da autora apontam para uma lacuna significativa na integração da temática de gênero e sexualidade nos Projetos Pedagógicos Curriculares (PCC) dos cursos da área da saúde, documentos oficiais que delimitam os conteúdos a serem ensinados e a abordagem pedagógica ao longo da graduação.

No Brasil, observa-se que, na perspectiva docente, a temática da sexualidade é predominantemente abordada de forma não padronizada e fragmentada, com predomínio de tópicos com um viés orgânico/biológico e patológico. Entretanto, não há informações, em relação aos cursos de Medicina no Brasil, da integração da

temática de gênero e sexualidade aos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC), os quais se constituem como documentos institucionais oficiais acerca dos conteúdos a serem abordados e do planejamento da abordagem desses conteúdos ao longo da graduação (Raimondi *et al.*, 2020, p. 03)

Ao conectar essas considerações ao debate sobre Projetos de Lei relacionados à “ideologia de gênero”, é possível reconhecer a necessidade de uma abordagem mais integrada e inclusiva de questões relacionadas a gênero e sexualidade na formação de futuros profissionais da saúde. Corrobora-se com Guimarães (2018) de que a falta dessa integração nos cursos da área da saúde pode contribuir para a manutenção de perspectivas orgânicas e patológicas, sem considerar a complexidade e a diversidade das experiências humanas relacionadas à identidade de gênero e à orientação sexual.

Isso implica na necessidade de se revisar os Projetos Pedagógicos Curriculares a fim de incorporar uma abordagem holística que não apenas considere os aspectos biológicos, mas também os aspectos sociais, culturais e psicológicos da diversidade sexual e de gênero. Há uma urgente necessidade de se ter reformas educacionais que reflitam uma compreensão mais ampla e inclusiva dessas questões.

Além disso, a integração curricular e a transdisciplinaridade proporcionam oportunidades para o desenvolvimento de habilidades críticas, como pensamento interdisciplinar, resolução de problemas complexos e empatia. Os estudantes aprendem a relacionar conceitos e a aplicar conhecimentos de forma mais ampla, preparando-se para uma participação ativa e informada na sociedade.

Contudo, é crucial que essa integração seja realizada com sensibilidade e respeito, reconhecendo as diferenças individuais e promovendo um diálogo aberto. O objetivo não é impor uma única perspectiva, mas sim incentivar a diversidade de pensamento e experiência.

Em síntese, a integração curricular e a transdisciplinaridade no letramento de gênero e sexualidade não são apenas estratégias pedagógicas; são alicerces para a construção de uma educação mais inclusiva, reflexiva e alinhada com as demandas de uma sociedade diversificada e em constante evolução.

Inclusão de diversidade

A inclusão de diversidades no letramento de gênero e sexualidade é um componente basilar para a construção de ambientes educacionais que reconheçam e celebrem a

multiplicidade de identidades presentes em nossa sociedade. Trata-se não apenas de reconhecer a diversidade, mas também de garantir que essa diversidade seja representada, respeitada e valorizada em todas as esferas do ambiente educacional.

A primeira etapa para a inclusão de diversidades é o reconhecimento e entendimento de que as identidades de gênero e orientações sexuais são variadas e fluidas. A educação deve ir além das dicotomias tradicionais e abraçar a complexidade desses temas. Os educadores desempenham um papel fundamental ao proporcionar informações precisas e sensíveis, desafiando estereótipos e desconstruindo preconceitos, como pode ser observado no estudo de Domingues (2023).

Além disso, a inclusão de diversidades no letramento de gênero e sexualidade envolve a representação positiva e inclusiva em todos os materiais educacionais. Isso significa incluir histórias, personagens e experiências que reflitam a diversidade de gênero e sexualidade presentes na sociedade (Domingues, 2023). Ao fazer isso, os educadores ajudam a criar um ambiente em que todos os alunos se sintam representados e reconhecidos.

A abordagem inclusiva também requer a promoção da empatia e compreensão (Domingues, 2023). Os educadores podem incorporar atividades que incentivem os alunos a se colocarem no lugar do outro, desenvolvendo assim a capacidade de compreender e respeitar as diferenças. Isso contribui para a construção de uma comunidade escolar mais solidária e compassiva.

Além disso, é importante destacar a interseccionalidade ao abordar as diversidades. As identidades de gênero e orientações sexuais intersectam-se com outras dimensões, como raça, etnia, classe social e habilidades. A inclusão de diversidades no letramento de gênero e sexualidade deve ser holística, reconhecendo e abordando as interseções dessas diversas identidades.

[...] não é possível ignorar que no processo de atribuição de identidades (e, ao mesmo tempo, de atribuição de diferenças) está em ação um jogo de poder. As identidades, constituídas no contexto da cultura, produzem-se em meio a disputas, supõem classificações, ordenamentos, hierarquias; elas estão sempre implicadas num processo de diferenciação (Louro, 2000, p. 62-63)

Os espaços educacionais devem ser seguros para todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual (Domingues, 2023). Isso implica na implementação de políticas anti-bullying e na promoção de uma cultura escolar

que rejeita a discriminação (Andrade, 2022). Os educadores têm a responsabilidade de criar um ambiente acolhedor, onde todos os alunos se sintam aceitos e apoiados.

Em suma, a inclusão de diversidades no letramento de gênero e sexualidade não é apenas uma estratégia pedagógica; é um compromisso com a construção de uma educação que respeite e celebre a riqueza da diversidade humana. Ao fazê-lo, não apenas equipamos os alunos com conhecimentos críticos, mas também contribuimos para a formação de cidadãos conscientes e compassivos em uma sociedade global e diversificada.

Considerações finais

O presente artigo buscou analisar e apresentar soluções práticas para os educadores, enfrentando desafios culturais e resistências, com o propósito de promover uma educação mais inclusiva e respeitosa. A indagação central que orientou esta pesquisa foi: de que maneira os educadores podem desenvolver e aplicar estratégias no letramento de gênero e sexualidade? Ao direcionar o foco para essa questão, a pesquisa explorou diversas abordagens, destacando a importância de estratégias pedagógicas inovadoras e integração curricular. O objetivo basilar foi não apenas identificar obstáculos, mas também oferecer soluções concretas que transcendam barreiras culturais, capacitando os educadores a desempenhar um papel ativo na construção de ambientes educacionais mais inclusivos e acolhedores para todos os estudantes.

Os desafios atuais, desde resistências culturais até estigmas profundamente enraizados, destacam a urgência de uma mudança de paradigma na abordagem educacional. A superação desses obstáculos requer não apenas coragem, mas também um compromisso coletivo de educadores, gestores, famílias e comunidades para desafiar normas preexistentes e promover uma educação verdadeiramente igualitária.

A proposta de estratégias inovadoras, como práticas pedagógicas dinâmicas e o envolvimento da comunidade, busca não apenas superar desafios, mas também proporcionar uma experiência educacional mais rica e significativa. O letramento de gênero e sexualidade não deve ser encarado como uma tarefa isolada, mas sim como uma oportunidade para cultivar habilidades críticas, promover o diálogo aberto e preparar os estudantes para a diversidade do mundo que os aguarda.

A ênfase na integração curricular e transdisciplinaridade destaca a necessidade de repensar a estrutura educacional existente. Ao incorporar gênero e sexualidade em diversas disciplinas, não apenas criamos conexões mais profundas entre os tópicos de estudo, mas também capacitamos os estudantes a compreenderem a complexidade dessas questões em contextos variados.

A inclusão de diversidades, como abordada nas reflexões finais, é um elemento-chave para criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Reconhecendo e celebrando a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais, os educadores desempenham um papel crucial na construção de uma comunidade escolar que respeita e valoriza cada indivíduo.

Em síntese, o letramento de gênero e sexualidade na prática docente não é apenas uma matéria a ser ensinada, mas um compromisso com a criação de cidadãos informados, empáticos e respeitosos. Ao enfrentarmos os desafios, adotarmos estratégias inovadoras e promovermos a inclusão de diversidades, estamos moldando não apenas a educação, mas também o futuro de uma sociedade mais justa e igualitária. Este é um chamado para uma transformação duradoura, uma revolução no modo como ensinamos, aprendemos e, acima de tudo, nos relacionamos uns com os outros em sala de aula e além.

Referências

Amaro, Ivan. Para discutir (ainda mais) gênero e sexualidade na escola: políticas e práticas de resistências. **Periferia**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 5–15, 2017.

Andrade, Arthur Albuquerque de. **O Direito à educação sexual na perspectiva das quatro escolas de Marie-Benedicte Dembour**: uma análise jurídica sobre a heterocisnormatividade e o bullying LGBTfóbico no Ensino básico. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

Antunes, Fabricio Pupo; DUQUE, Tiago. Agência, Gênero e Sexualidade Dissidentes na Escola: experiências de jovens e professores/as em Mato Grosso do Sul. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, v.3, nº 11, p. 272-294, set./dez. 2020.

Bento, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017. 329 p.

Capparelli, Camila dos Passos Araujo. *et al.* Problematizando identidades de gênero e sexualidade a partir de narrativas de uma professora de línguas. **Gláuks**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 242–259, 2020.

Carvalho, Fabiana Aparecida de; Polizel, Alexandre Luiz; Maio, Eliane Rose. Uma escola sem partido: discursividade, currículos e movimentos sociais. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 37, n. 2, p. 193-210, dez. 2016.

Couto Jr., Dilton Ribeiro; Pocahy, Fernando; Carrvalho, Felipe da Silva Ponte. Ensinar-aprender com os memes: quando as estratégias de subversão e resistência viralizam na internet. **Periferia**, v. 11, n. 2, p. 17-38, maio/ago. 2019.

D'Ambrosio, U. Transdisciplinaridade como uma resposta à sustentabilidade. **Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 1–13, 2011.

D'Ambrosio, U. Etnometodologia, Etnomatemática, Transdisciplinaridade: embasamentos crítico-filosóficos comuns e tendências atuais. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v.1, n. 1, p. 155-168, 2005.

Dazzani, Maria Virgínia Machado. A Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: uma leitura crítica. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 362-372, jun. 2010.
Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v30n2/v30n2a08.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Depieri, Luciana; Grossi, Fernanda; Finotelli Jr. Itor. A percepção de mulheres sobre a sexualidade feminina: bem-estar sexual e indicadores socioculturais. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 27, n. 1, 2016.

Domingues, Jonathan Machado. Descolonizando a infância trans na encruzilhada da diversidade e da justiça. In: DOMINGUES, Jonathan Machado. (org.). **Desvendando Horizontes: diversidade sexual, direitos humanos e educação**. São Paulo: Editora Akademy, 2023. Cap. 8. p. 72-83.

Domingues, Jonathan Machado. & Sena, Matheus Reuter. Desafios e perspectivas: navegando nas encruzilhadas do letramento de gênero e sexualidade na educação. In: DOMINGUES, Jonathan Machado. (org.). **Uma odisseia de pesquisa sobre gênero e sexualidade sob o prisma de Judith Butler** – 1ª ed. - São Paulo: Editora Akademy, 2024. Cap. 6. p. 58-71.

Egypto. Antonio Carlos. Orientação sexual nas escolas públicas de São Paulo. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009

Foucault, Michel. **História da Sexualidade I**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

Foucault, Michel. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

Foucault, Michel. **Madness and Civilization**. Londres: Routledge, 1971.

Frigotto, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudência. **Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Uerj, Llp, 2017. p. 17-34.

Frigotto, Gaudêncio. "ESCOLA SEM PARTIDO": imposição da mordança aos educadores. **E-Mosaicos - Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-Uerj)**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 11-13, jun. 2016.

Guimarães, Rita de Cássia Passos. **Estigma e diversidade sexual nos discursos dos (as) profissionais do SUS: desafios para a saúde da população LGBT**. 2018. 148 f., il. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

Heilborn, Maria Luiza. **Sexualidade no plural: o direito à diferença**. Disponível em http://www.clam.org.br/publique/media/sexualidade_no_plural.pdf. Acesso em 21 de janeiro de 2024.

Lima, Ana Cristina; Siqueira, Vera Helena Ferraz de. Ensino de Gênero e Sexualidade: diálogo com a perspectiva de currículo CTS. **Alexandria**, v.6, n.3, p.151-172, novembro 2013.

Louro, Guacira Lopes. Corpo, Escola e Identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, p. 59-79, 2000.

Louro, Guacira Lopes (Org.). **Teoria queer: uma política pós-identitária para a Educação**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2011.

Louro, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Moura, Claudia Helena Gonçalves.; Silva, Pedro Fernandes da. Escola sem Partido e Conservadorismo Moral: instrumentalização da religião, sexualidade e gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e250951, 2023.

Nicolazzi, Fernando. Qual o partido da escola sem partido? **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 82-85, fev. 2016.

Nieves, Álvares *et al.* Valores e temas transversais no currículo. **Innovación Educativa**, n.55, p. 55, p. 71-77, 2002.

Oliveira, Márcio de; Peixoto, Reginaldo; Maio, Eliane Rose. A Educação Enquanto Promotora de uma Cultura de Paz: o foco nas questões de gênero e sexualidade. **Revista Amazonida**, Manaus, v. 3, n. 2, p. 27-39, jan. 2019.

Paraíso, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016.

Raimondi, G. A. et al.. Gender and Sexuality in the Federal Medical Schools in Brazil: an Analysis of the Curricular Pedagogical Projects. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 2, p. e045, 2020.

Rios, Pedro Paulo Souza; Cardoso, Helma de Melo; Dias, Alfrancio Ferreira. Concepções de Gênero e Sexualidade d@s Docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia: por um currículo queer. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 8, p. 98-117, ago. 2018.

Santomé, Jurgo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 2011.

Silva, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Recebido: abril/2024.

Publicado: outubro/2024.